



# Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos (EJA): Reflexões a Partir da Literatura

## Special Education in Youth and Adult Education (EJA): Reflections From the Literature

**Bruna Daniele Mendes de Sousa**

*Graduada em Pedagogia pela Universidade Paulista (UNIP). Mestre em Biociências pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). ID Lattes: 1682835080327229*

**Uitamara dos Santos**

*Graduada em Ciências biológicas com formação pedagógica pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Mestre em Ciência e Tecnologia Ambiental pela Universidade de Pernambuco (UPE). ID Lattes: 1863158550666974*

**Aurélio Carvalho de Souza Junior**

*Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Mestre em Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). ID Lattes: 5281123281065778*

**Luiza Garziera**

*Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade de Pernambuco (UPE). Mestre em Ciências da Saúde e Biológicas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). ID Lattes: 9654543313144965*

**Wellington Dantas de Sousa**

*Doutor em Desenvolvimento Territorial pelo Programa de Pós-Graduação Profissional Interdisciplinar da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPGADT-UNIVASF). Mestre em Ciências Contábeis pela Fucepe Business School (Vitória-ES). ID Lattes: 3242961729018019*

**Resumo:** A educação constitui um direito universal, assegurado de forma gratuita, inclusive para aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos na idade adequada. Nesse cenário, a Educação Especial configura-se como uma modalidade de ensino que deve ser ofertada, preferencialmente, na rede regular, atendendo estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O presente estudo caracteriza-se como uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, fundamentada em produções acadêmicas já publicadas, como artigos científicos. Para a análise, foram selecionados oito estudos, publicados entre 2020 e 2026, que apresentaram maior aproximação com o tema investigado. De modo geral, os resultados evidenciam a relevância de políticas públicas voltadas à promoção da acessibilidade, tanto no âmbito físico quanto no pedagógico, além da necessidade de investimentos na formação continuada de professores e no fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas, garantindo a participação, permanência e sucesso escolar dos estudantes, com equidade e valorização da diversidade.

**Palavras-chave:** educação inclusiva; políticas públicas; acessibilidade.

**Abstract:** Education constitutes a universal right, guaranteed free of charge, including for those who did not have access to or did not complete their studies at the appropriate age. In this context, Special Education is configured as a teaching modality that should preferably be offered within the regular education system, serving students with disabilities, developmental disorders, and high abilities/giftedness. The present study is characterized as a bibliographic review with a qualitative and descriptive approach, based on previously published academic productions, such as scientific articles. For the analysis, eight studies published between 2020 and 2026 were selected, as they presented greater relevance to the investigated

theme. In general, the results highlight the relevance of public policies aimed at promoting accessibility, both in physical and pedagogical dimensions, as well as the need for investments in continuing teacher education and the strengthening of inclusive pedagogical practices, ensuring students' participation, permanence, and academic success through equity and the appreciation of diversity.

**Keywords:** inclusive education; public policies; accessibility.

## INTRODUÇÃO

A declaração do direito à educação está prevista no artigo 6º da Constituição, que estabelece: “São direitos sociais a educação, [...] na forma desta Constituição”. Nesse dispositivo, observa-se, pela primeira vez na história constitucional brasileira, a explicitação dos direitos sociais, com destaque prioritário para a educação (Oliveira, 1999).

No contexto atual de democratização do acesso à educação, sua garantia encontra-se assegurada pelos preceitos legais e normativos do país. Nesse contexto, a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, ampliou a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos de idade (Brasil, 2009).

A educação é um direito de todos, com oferta gratuita garantida, incluindo aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram sua escolarização dentro da idade apropriada. A supracitada oferta é realizada através da Educação de Jovens e Adultos (EJA), caracterizada como uma modalidade da educação básica destinada àqueles que tiveram negado o direito ao atendimento educacional ao longo de sua trajetória escolar (Santos, 2025).

No entanto, é fundamental que essa oferta também esteja atenta às demandas da Educação Especial, assegurando o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Dessa forma, conforme o decreto nº 7.611/2011, o AEE é a mediação pedagógica que busca promover o acesso ao currículo por meio de um atendimento específico às necessidades educacionais de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) ou com altas habilidades, sendo necessária a inclusão de sua oferta no projeto pedagógico da escola (Brasil, 2011).

Portanto, Araújo (2018) relata que a democratização da educação está diretamente relacionada à garantia de acesso a todas as oportunidades que a escola pode oferecer, entre elas, um ensino inclusivo. Nesse contexto, são fatores que levam os estudantes a buscar a escola: a convivência social, a busca pelo conhecimento, o desenvolvimento da autonomia, a aspiração a melhores condições econômicas e a adaptação a um cenário comunicativo cada vez mais instantâneo.

A relevância desta pesquisa se fundamenta no crescente número de matrículas na educação especial, que alcançou 1,8 milhão em 2023, refletindo um aumento de 41,6% em relação a 2019. Em contraste, as matrículas na educação de jovens e adultos (EJA) diminuíram 20,9% no mesmo período, totalizando 2,6 milhões em 2023 (Censo Escolar, 2023).

Portanto, esta pesquisa se justifica pela necessidade de analisar como a inclusão na EJA é abordada na literatura acadêmica, visando identificar os aspectos e fatores que afetam esse processo. Com base na discussão apresentada, o objetivo geral do estudo é revisar a literatura existente sobre a inclusão de alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos. Para isso, serão explorados três objetivos específicos: 1) Analisar os desafios e as oportunidades relacionadas à inclusão escolar de alunos com deficiência na EJA; 2) Investigar os fatores que influenciam a formação e a atuação docente para a Educação Especial no contexto da EJA; e 3) Identificar as lacunas e tendências nas pesquisas sobre a inclusão de alunos com deficiência na EJA.

## REVISÃO DA LITERATURA

Um dos grandes desafios enfrentados pela comunidade escolar é lidar com a diversidade de alunos atendidos na EJA. Dessa forma, ainda há dificuldades em conciliar as diversas faixas etárias presentes em uma mesma sala de aula, enquanto se busca simultaneamente implementar estratégias para garantir a inclusão da educação especial (Cruz *et al.*, 2022).

Nesse contexto, o campo da Educação de Jovens e Adultos ainda carece de consolidação, o que faz com que conflitos e exclusões permaneçam como aspectos marcantes ao longo de sua trajetória, sem impedir a construção de um novo olhar “[...] que os reconheça como jovens e adultos em tempos e percursos de jovens e adultos” (Arroyo, 2011, p. 23).

Segundo Saviani (2013), a instituição escolar desempenha uma função própria, estruturada por meio de um currículo que organiza as atividades fundamentais, distribuídas no tempo e espaço escolares, visando à transmissão e assimilação do conhecimento sistematizado, acumulado historicamente pela humanidade.

Em conformidade, Costa (2013) afirma que, à medida que a escola cumpre seu papel social de assegurar o acesso dos indivíduos ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade e aos elementos culturais que devem ser assimilados, permitindo que os cidadãos desenvolvam a capacidade de encontrar soluções para os desafios postos pela realidade.

Para Vieira (2011), o momento em que a política social obteve maior acolhimento foi com a Constituição de 1988, que garantiu amplos direitos na área educacional. O presente marco seguiu princípios fundamentais, como a universalização do acesso à educação pública, a gratuidade e a qualidade do ensino, além de promover uma educação focada no desenvolvimento das potencialidades humanas, fornecendo os recursos necessários para atender às suas demandas.

Dentre os desafios da EJA, destacam-se a superação da concepção de suplência e, simultaneamente, o reconhecimento da área como um campo diferenciado no campo da educação básica com características e possibilidades particulares. Portanto, deve-se mencionar que a formação de professores para a EJA se insere em um contexto mais amplo, relacionado à luta pelo reconhecimento do direito dos trabalhadores à educação escolar (Ventura, 2012).

Em relação a essa modalidade de ensino, Di Pierro aponta (2005, p. 1121), “ainda mais notável é a escassez de conhecimento sobre as pessoas com necessidades especiais (...)”. Dessa forma, a carência de informações adequadas pode comprometer a efetividade de políticas educacionais voltadas para a inclusão, tornando fundamental o investimento na formação de professores e na criação de estratégias pedagógicas adequadas.

É fundamental destacar que, frequentemente, é necessário desconstruir a visão dos próprios alunos e de seus pais em relação ao retorno à escola. Para uma parte, a matrícula em uma instituição de ensino representa a chance de uma mudança significativa em suas vidas; alguns veem nisso uma oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, enquanto outros buscam alcançar uma sensação de “equidade” em uma sociedade onde se percebem em desvantagem (Cruz *et al.*, 2022).

A Educação Especial é uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 1996). Ademais, destaca-se que o ingresso dos alunos do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) na escola regular passa a ser orientado no Brasil a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

Na visão de Bueno (2018), a perspectiva da educação inclusiva seria aquela que inclui todos os indivíduos que, de alguma maneira, foram privados de seus direitos, especialmente do acesso à educação. Dessa forma, é de suma importância discutir acerca da proposta de formação continuada aos professores da Educação de Jovens e Adultos que trabalham com alunos com deficiência, buscando compreender a reflexão da prática docente e as vivências dos professores em conjunto com a teoria (Carneiro e Dall’acqua, 2014).

Portanto, é necessário reconhecer as especificidades da supracitada modalidade que exige competência e conhecimento para atuar, o que, por sua vez, demanda uma atenção maior na formação dos profissionais que atuam nesse segmento (Dantas, 2019).

Nesse contexto, Silva e Campos (2018, p. 1165) relatam que:

[...] os estudos que envolvem processos de formação de professores para a interface entre EJA e Educação Especial ainda são escassos, portanto, há necessidade de ampliar investigações com este foco, bem como ampliar o debate sobre (re)estruturação de currículos de cursos de licenciatura e reconfiguração de programas para a formação continuada para atender à modalidade da EJA (Silva e Campos, p. 1165).

A formação de professores é um dos aspectos fundamentais que podem impactar a efetivação das políticas educacionais e o fortalecimento da inclusão escolar em qualquer nível ou modalidade de ensino (Glat e Pletsch, 2011). Dessa forma, a prática pedagógica representa as ações que concretizam os processos

educativos, integrando uma reflexão contínua e coletiva, organizada com base em uma intencionalidade (Franco, 2016).

Possa *et al.* (2012) defendem que, ao adotar um modelo de avaliação pedagógica na Educação Especial, o foco deixa de ser a classificação por anormalidades, perdas ou déficits, buscando valorizar as potencialidades humanas. Onde, através do apoio de um professor mediador, serão realizadas avaliações contínuas, tornando-se possível respeitar os ritmos individuais de aprendizagem e promover o desenvolvimento dos alunos com deficiência. Dessa forma, Freire (2001, p. 59) acrescenta:

[...] a razão de ser da educação libertadora está no seu impulso inicial conciliador. Daí, que tal forma de educação implique a superação da contradição educador-educandos, de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos (Freire, 2001, p. 59).

Portanto, quando a escola reconhece os alunos jovens e adultos como sujeitos de direito à educação, ocorrerá a valorização dos conhecimentos prévios e das experiências acumuladas ao longo de suas vidas, permitindo que esses estudantes contribuam de maneira significativa para os saberes produzidos nas diversas áreas científicas (Machado, 2008).

## METODOLOGIA

O estudo foi conduzido por meio de uma revisão bibliográfica de natureza básica, descritiva e qualitativa, conforme descrito por Cesário *et al.* (2020), sendo um tipo de pesquisa fundamentada em materiais previamente produzidos, como monografias ou artigos publicados em periódicos científicos. Dessa forma, foi realizada a busca ativa em bases de dados especializadas, como o Google Acadêmico, utilizando as seguintes palavras-chave: “Educação Especial”, “Educação de Jovens e Adultos” e “Inclusão”, recorrendo-se ao operador lógico “AND”, que indica a intersecção de dois ou mais termos.

Após a busca eletrônica dos artigos, os seguintes critérios de inclusão foram aplicados: estudos disponíveis de forma gratuita, trabalhos científicos no idioma português, publicados nos últimos sete anos (2020-2026), que respondessem à pergunta de pesquisa. Em contrapartida, artigos foram excluídos de acordo com os seguintes critérios: resumos de conferências ou trabalhos não publicados, capítulos de livro, dissertações ou teses e estudos publicados em idiomas diferentes do português, após a leitura do título e do resumo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, selecionaram-se 8 (oito) artigos científicos que mais se assemelhavam à proposta do presente trabalho. Posteriormente, cada um dos

trabalhos recebeu um código de identificação (T1 a T8), conforme apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Detalhamento dos trabalhos escolhidos.**

CÓDIGO	TÍTULO	ANO	AUTORES
T1	Inclusão escolar de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: um desafio para a gestão da escola pública.	2021	Holanda <i>et al.</i>
T2	Atendimento Educacional Especializado para estudantes com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos: vozes da pesquisa científica na área (2008-2020).	2022	Bueno e Oliveira
T3	Direitos Humanos, Educação Inclusiva e EJA: quando uma proposta curricular se torna instrumento de luta e resistência.	2020	Nascimento e Carvalho
T4	Práticas pedagógicas inclusivas e o ensino de conceitos matemáticos na educação de jovens e adultos (EJA).	2021	Trentin
T5	Estado do Conhecimento: um mapeamento de estudos sobre o desenvolvimento da compreensão leitora em estudantes com deficiência da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na perspectiva da Educação Inclusiva.	2022	Miron e Schar-dosim
T6	Modelo integrado de formação docente para a educação inclusiva na educação de jovens e adultos (EJA): entre políticas, práticas pedagógicas e Metodologias ativas.	2026	Freitas
T7	Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.	2025	Silva
T8	Políticas públicas e legislações no âmbito da educação especial e da educação de jovens e adultos: os desafios da inclusão	2025	Bassi e Bigarella

**Fonte: Autores (2026).**

Com base nos critérios estabelecidos, elaborou-se uma breve análise dos artigos selecionados, destacando os principais aspectos discutidos em cada um.

## **T1: INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM DESAFIO PARA A GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA**

Para o desenvolvimento do trabalho, adotou-se uma abordagem qualitativa e o estudo de caso como método, focando nas escolas estaduais da Secretaria Executiva Regional VI que atendem alunos da EJA. Dessa forma, foram selecionadas

11 escolas e 22 gestores para participação. Por fim, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas.

Em suma, a pesquisa revelou que 22,7% dos gestores entrevistados não tinham experiência prévia na área de inclusão, enquanto 77,2% relataram experiências variadas, sendo que 58,4% dessas experiências estavam relacionadas à vivência em sala de aula. Por outro lado, as experiências em gestão estavam mais distantes dos alunos e focadas na criação de salas multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Os gestores destacaram a falta de formação específica para professores, visando o aperfeiçoamento de práticas educativas que proporcionem o desenvolvimento cognitivo, social e intelectual do aluno, independentemente do tipo de deficiência. Outro ponto relevante é que as escolas não possuem um sistema mínimo de comunicação espacial, impossibilitando a locomoção autônoma, em particular: piso tátil, sistema de alarme de incêndio, placas de identificação com letras grandes e contraste de cor.

No que diz respeito ao acesso às entradas, salas de aula, banheiros, refeitórios e bibliotecas, bem como à largura dos corredores e portas, 90% das escolas são acessíveis. Entretanto, apenas 20% das instituições possuem corrimãos e barras de apoio, e mesmo nesses casos, nem sempre estão em conformidade com os padrões exigidos pela NBR.

Com base nos resultados apresentados, deve-se salientar que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva visa garantir a acessibilidade urbanística, arquitetônica, no mobiliário e nos equipamentos, nos transportes, na comunicação e na informação (Brasil, 2008).

## **T2: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: VOZES DA PESQUISA CIENTÍFICA NA ÁREA (2008-2020)**

A pesquisa foi desenvolvida a partir de um mapeamento realizado no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, abrangendo o período de 2008 a 2020. A coleta de dados incluiu a leitura de títulos e resumos, com a seleção de 17 produções que abordavam a inclusão de alunos com deficiência intelectual na EJA. Os resultados da pesquisa indicaram que a maior parte das investigações focou em alunos com deficiência intelectual nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com uma quantidade significativamente menor nos anos finais e quase nenhuma no Ensino Médio.

Os autores destacaram que o mapeamento das pesquisas forneceu contribuições significativas para o planejamento de políticas públicas adequadas às necessidades dos jovens adultos com deficiência intelectual, promovendo seu desenvolvimento e inclusão social. Nesse contexto, de acordo com os preceitos legais, a Lei nº 10.172/2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE),

estabelece como um de seus objetivos e metas promover o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos em salas de aula regulares (Brasil, 2001).

Além disso, o presente trabalho expõe que o Atendimento Educacional Especializado para o público-alvo ainda é pouco discutido, sendo elaborado de maneira generalizada, sem considerar as especificidades. Em conformidade, Costa (2016) relata que a Educação Especial, por meio das Salas de Recursos Multifuncionais presentes nas escolas, tem como objetivo facilitar a acessibilidade dos alunos, oferecendo ferramentas didático-pedagógicas adaptadas às suas necessidades específicas.

### **T3: DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EJA: QUANDO UMA PROPOSTA CURRICULAR SE TORNA INSTRUMENTO DE LUTA E RESISTÊNCIA**

A presente metodologia concentrou-se em uma sequência de atividades para conscientizar os alunos sobre seus direitos como cidadãos, incluindo direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. Dessa forma, o planejamento incluiu conteúdos de legislações sobre direitos, direitos humanos, jogos dramáticos e produção textual com materiais diversos. Por fim, as estratégias agregaram rodas de conversa, criação de cartazes temáticos, uso de recursos midiáticos, interpretação de gravuras e jogos dramáticos, resultando em registros fotográficos, que foram apresentados em uma exposição pública, onde os alunos explicaram o projeto e a importância de seus direitos à educação.

O relato de experiência dos autores evidencia a transformação dos alunos, uma vez que passaram da luta contra o fechamento de suas salas para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e protagonismo, reconhecendo seu lugar de fala. Portanto, a mudança ocorreu por meio de um planejamento pedagógico que proporcionou conhecimentos através das vivências antropológicas, políticas e culturais, estimulando a participação social e cidadã.

Em relação à prática educativa, nota-se que a inclusão exige uma transformação de postura tanto dos alunos, que passaram a valorizar direitos essenciais, quanto dos professores, que compreenderam que o currículo integrado facilita a adaptação e a autonomia dos alunos.

Em conformidade com a literatura, espera-se que as ações sejam orientadas pelo princípio de atenção à diversidade, em que as adaptações curriculares incluem alterações em alguns elementos do currículo comum, com o objetivo de atender às necessidades emergentes no processo educacional, potencializando as oportunidades de aprendizagem dentro da classe regular (Sebastian Heredero, 2010).

## **T4: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E O ENSINO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

O trabalho possui abordagem qualitativa e é realizado em um Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) em Santa Catarina. Foi desenvolvido através do planejamento colaborativo entre a pesquisadora e as professoras, com a coleta de dados por meio de 10 (dez) filmagens das atividades em sala de aula que registraram as ações pedagógicas e como os alunos com deficiência intelectual estruturavam seu pensamento. Por fim, para a investigação dos registros foi utilizada a análise microgenética.

O autor salienta que foi necessário realizar apresentações formais em conformidade com as exigências acadêmicas e as do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), conforme o Parecer nº 272/2012. Dessa forma, os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os resultados encontrados permitiram refletir sobre a construção de novas formas de participação e aprendizagem de alunos com deficiência intelectual na EJA, utilizando práticas pedagógicas inclusivas para o ensino de conceitos matemáticos nessa modalidade. As presentes reflexões contribuíram para compreender como o jovem com deficiência intelectual elabora conceitos, a complexidade envolvida nesse processo e a importância da mediação do professor.

Nesse contexto, nota-se que “o ensino colaborativo pode facilitar parcerias promissoras entre escolas comuns e especiais, entre professores, diretores, professores especialistas e toda a equipe escolar, negociando papéis e responsabilidades” (Felippe e Capellini, 2014, p. 38).

Dessa forma, a pesquisa concluiu que a contextualização dos exercícios matemáticos com as práticas diárias dos alunos e suas expectativas de aprendizagem contribuiu para motivar e dar sentido às atividades, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas que considerem as realidades sociais dos jovens e adultos na EJA.

No âmbito escolar, Kranz e Gomes (2015) destacam que, mesmo nas versões mais recentes dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), ainda faltam componentes curriculares voltados à formação de professores de Matemática com os conhecimentos pedagógicos fundamentais para o trabalho em classes inclusivas. Em contrapartida, o número de matrículas de alunos do público-alvo da Educação Especial continua a aumentar anualmente.

## **T5: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E O ENSINO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Os autores se basearam na construção de uma revisão bibliográfica através do método Estado do Conhecimento, que envolve a sistematização, mapeamento e categorização de estudos em uma área específica. Após a aplicação dos critérios estabelecidos, foram encontrados 104 (cento e quatro) trabalhos, dos quais apenas 8 (oito) foram selecionados de acordo com a relevância para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Sobre os dados encontrados, ressalta-se que os anos de maior publicação foram 2015 e 2017, cada um com 25% do total de trabalhos. A área de concentração que mais se destacou foi Educação e Educação Especial, com 3 teses, representando 37% do total. Em relação aos termos regionais, as regiões Sudeste e Sul apresentaram a maior quantidade de produções, com 4 trabalhos cada, totalizando 50%.

Em suma, os autores destacaram algumas lacunas na pesquisa sobre o desenvolvimento da compreensão leitora em estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos. Embora os 8 (oito) trabalhos analisados abordassem aspectos relacionados ao ensino-aprendizagem da leitura, nenhum deles explorou de forma significativa as particularidades do desenvolvimento da compreensão leitora em alunos com deficiência, indicando uma necessidade de mais investigações nessa área. Ademais, o estudo também evidenciou que a maioria das pesquisas foi realizada em escolas regulares, com apenas 1 (uma) ocorrendo em uma escola especial.

Nesse contexto, Gomes (2010) afirma que discutir a educação inclusiva implica problematizar as condições de formação e atuação docente, considerando recursos, metodologias e estratégias teóricas que promovam o acesso, a permanência e o desenvolvimento de todos os alunos. Dessa forma, é possível compreender as ações inclusivas voltadas também aos alunos à margem do processo de ensino, que, segundo os estudos hegemônicos, não são considerados público-alvo da inclusão vinculada à Educação Especial.

## **T6: MODELO INTEGRADO DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): ENTRE POLÍTICAS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E METODOLOGIAS ATIVAS**

O estudo propõe um modelo integrado de formação docente voltado à educação inclusiva na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir de uma pesquisa qualitativa com abordagem de pesquisa-ação realizada em uma escola municipal da Paraíba. A investigação analisou documentos, entrevistas com professores e

práticas pedagógicas, identificando desafios e potencialidades na formação de docentes para atender estudantes com deficiência, TEA e altas habilidades. Os resultados apontam para a fragmentação das ações formativas, especialmente em contextos com poucos recursos, o que dificulta a consolidação de práticas inclusivas (Freitas, 2026).

Como resposta, é apresentado o Modelo Integrado de Formação Docente para a Educação Inclusiva na EJA (MIFDI-EJA), estruturado em eixos político, pedagógico, tecnológico, inclusivo e avaliativo. O modelo busca orientar processos formativos contínuos, colaborativos e contextualizados, valorizando as especificidades dos sujeitos da EJA. O estudo destaca ainda a importância do compromisso institucional, da formação continuada e da ampliação de políticas públicas que fortaleçam a inclusão, indicando a necessidade de novas pesquisas para validar e ampliar a aplicação do modelo em outros contextos educacionais.

Em conformidade, Carvalho (2013) ressalta que a efetivação da inclusão está relacionada à integração entre os conhecimentos pedagógicos, a compreensão do desenvolvimento humano e a habilidade de construir vínculos significativos com os estudantes.

## **T7: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO ESPECIAL**

O estudo aborda a Educação de Jovens e Adultos (EJA) sob a perspectiva da educação inclusiva, com foco na inclusão de jovens e adultos, público-alvo da Educação Especial, ou seja, estudantes com deficiência. A partir de uma revisão bibliográfica e documental, o estudo analisa os avanços normativos e os desafios enfrentados na prática docente, na organização escolar e nas políticas públicas para assegurar o direito à educação inclusiva nesse contexto.

Historicamente, tanto a EJA quanto a Educação Especial vivenciaram processos de exclusão e marginalização. A partir da segunda metade do século XX houve uma transição de modelos segregadores para práticas de integração e, posteriormente, inclusão, levando à diversificação do público atendido pela EJA, que hoje inclui pessoas com diferentes tipos de deficiência. Em conformidade, a organização de escolas regulares deve ser capaz de acolher a diversidade. Fundamenta-se, assim, no princípio de que os sistemas educacionais devem se reestruturar para atender às necessidades dos estudantes, e não exigir que estes se adaptem às limitações do sistema (Declaração de Salamanca, 1994).

A formação docente é destacada como um elemento fundamental para a inclusão na EJA, pois muitos professores não recebem preparação inicial ou continuada adequada para atender às especificidades dos estudantes com deficiência. Além disso, enfrentam condições de trabalho difíceis, como turmas numerosas e falta de recursos. Dessa forma, “a preparação para o exercício da docência na Educação Básica precisa considerar as especificidades relativas à formação do educador de EJA” (Ventura e Carvalho, 2013, p. 26).

A revisão integrativa de estudos recentes revela que a inclusão na EJA, embora prevista em legislação, ainda é fragilizada por práticas assistencialistas, invisibilidade do público com deficiência e limitações materiais e pedagógicas. Por outro lado, há experiências positivas que valorizam as trajetórias de vida dos alunos, promovem autonomia e adotam práticas flexíveis e contextualizadas. A prática docente inclusiva está pautada no reconhecimento das diferenças, na flexibilização curricular e na interdisciplinaridade, com diálogo constante entre professores, gestão e equipe de apoio.

## **T8: POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÕES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: OS DESAFIOS DA INCLUSÃO**

O artigo Políticas públicas e legislações no âmbito da Educação Especial e da Educação de Jovens e Adultos: os desafios da inclusão discute as bases legais e os entraves práticos para a efetivação da inclusão do público-alvo da educação especial (PAEE) na Educação de Jovens e Adultos (EJA), situando essa temática no contexto das políticas educacionais brasileiras.

A análise evidencia que, embora haja um arcabouço normativo robusto, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (2014–2024), a garantia do direito à educação inclusiva ainda enfrenta limites estruturais e políticos. Isso ocorre porque a materialização dessas políticas depende de fatores como financiamento, articulação entre os entes federativos e capacidade de gestão dos sistemas de ensino.

O texto destaca que a inclusão não pode ser compreendida apenas como acesso à escola, mas deve envolver condições efetivas de permanência, participação e aprendizagem, respeitando as especificidades dos sujeitos da EJA, que já apresentam trajetórias educacionais marcadas por exclusão. Nesse sentido, a intersecção entre EJA e Educação Especial revela um campo ainda pouco consolidado, demandando maior produção de conhecimento e formulação de políticas específicas.

Além disso, o estudo problematiza a influência de disputas sociais e interesses políticos na formulação e implementação das políticas públicas, mostrando que a inclusão é um processo complexo e não linear. Destaca-se também o papel de documentos internacionais, como as conferências da UNESCO, que reforçam a educação ao longo da vida e a perspectiva inclusiva como princípios estruturantes das políticas educacionais. A partir da educação, pode-se afirmar que todo sujeito pode ser capacitado a exercer plenamente suas liberdades constitucionais (Masson, 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os apontamentos realizados ao longo do trabalho, torna-se fundamental ampliar o debate acerca da inclusão escolar de estudantes com deficiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente por se tratar de um público historicamente marcado por processos de exclusão educacional. Nesse sentido, a inclusão deve ser compreendida como um processo contínuo, que ultrapassa a mera inserção desses sujeitos no espaço escolar e exige mudanças estruturais nas práticas pedagógicas, na organização curricular e nas formas de avaliação.

Além disso, a efetivação da inclusão demanda o fortalecimento de uma cultura institucional pautada no reconhecimento da diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Isso implica considerar as trajetórias, experiências e ritmos de aprendizagem dos estudantes da EJA, promovendo estratégias que favoreçam sua participação ativa e o desenvolvimento de sua autonomia.

Dessa forma, a consolidação de práticas inclusivas está diretamente vinculada ao investimento em políticas públicas que garantam acessibilidade em suas múltiplas dimensões, bem como à formação continuada de professores, possibilitando a construção de intervenções pedagógicas mais sensíveis, críticas e contextualizadas às demandas desse público.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Danielle Sena de. **Educação especial e educação de jovens e adultos: os desdobramentos na interconexão em uma turma da EJA da rede estadual em Belém/PA**. Orientadora: Maria Eliana Soares. 2018. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Integrada em Educação em Ciências, Matemática e Linguagens) – Faculdade de Educação Matemática e Científica, Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <<https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/2834>>. Acesso em: 01 de maio de 2026.

ARROYO, M. G. **Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (org.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 19-67.

BRASIL. Casa Civil. **Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009**. Brasília, DF, 2009a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 15 de abril de 2026.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Resumo técnico do censo escolar 2023. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf)>. Acesso em: 19 de outubro de 2026.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 21 de abril de 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, 10 jan. 2001.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2026.

BUENO, Olga Mara; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva de. **Atendimento Educacional Especializado para estudantes com deficiência intelectual na Educação de Jovens e Adultos: vozes da pesquisa científica na área (2008-2020)**. Revista Educação Especial, vol. 35, 2022, Enero-Diciembre, pp. 1-26, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil.

BUENO, Melina Brandt. **Educação de Jovens e Adultos: formação continuada colaborativa entre professores da sala comum e da educação especial**. 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

CARNEIRO, R. U. C.; DALL'ACQUA, M.; J. C. **Inclusão Escolar na Educação Infantil: pesquisa e práticas sobre formação em serviço de professores**. In: CARNEIRO, R. U. C.; DALL'ACQUA, M.; J. C.; CARAMORI, P. M. (org.) Educação Especial e Inclusiva: mudanças para a escola e a sociedade. Jundiaí, Paco Editorial: 2014. p. 9-27.

CESÁRIO, J. M. S., Flauzino, V. H. P., & Mejia, J. V. C. (2020). Metodologia científica: Principais tipos de pesquisas e suas características. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, 5(11), 23-33. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tipos-de-pesquisas>>. Acesso em: 24 de abril de 2026.

COSTA, Clarice Gomes. Desafios da EJA em face das transformações do trabalho. **Rev. Lugares de Educação [RLE]**, Bananeiras/PB, v. 3, n. 6, p. 90-103, 2013.

- COSTA, Sandra Dantas. **A importância do Atendimento Educacional Especializado - AEE para a educação especial e inclusiva**. 2016. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia a Distância), Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- DA CRUZ, Uilmer Rodrigues Xavier; DE MORAES, Warley Abelha; FERREIRA, Eduardo Rodrigues. **A educação de jovens e adultos (EJA) e a educação especial: Os desafios do ensino plural, entre integração, inclusão e direitos**. Cadernos do Leste, v. 22, n. 22, 2022.
- DA SILVA, Priscilla Carneiro. Educação De Jovens E Adultos E Educação Especial. **International Integralize Scientific**, v. 5, n. 53, 2025.
- DANTAS, Tânia Regina. **A formação de professores em EJA na perspectiva da inclusão social**. Educação, Ciência e Cultura, v. 24, n. 1, p. 29-39, 2019.
- DO NASCIMENTO, Amanda Sousa Batista; DE CARVALHO, Celso do Prado Ferraz. **Direitos Humanos, Educação Inclusiva e EJA: quando uma proposta curricular se torna instrumento de luta e resistência**. Dialogia, n. 35, p. 135-147, 2020.
- DOS SANTOS BASSI, Tânia Mara *et al.* **Entre O Acesso E A Permanência: A Inclusão Do Público Da Educação Especial (PAEE) Na Modalidade Educação De Jovens E Adultos**. Anais do Seminário de Educação Inclusiva da UEMS, v. 1, n. 1, p. 19-19, 2026.
- DI PIERRO, M. C. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**. Educação e Sociedade, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, out. 2005. ISSN 0101-7330.
- FELIPPE, Neide Maria de Andrade; CAPELLINI, V. L. M. F. **O processo colaborativo entre educação especial e educação comum na inclusão escolar do aluno autista**. Práticas inclusivas: fazendo a diferença, p. 35-59, 2014.
- FRANCO, M. A. do R.S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/288236353>
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. 2001.
- GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. 162 p.
- GOMES, C. **O lugar do sujeito na inclusão escolar: percalços e fracassos nas relações de subjetivação [Tese]**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas; 2010 [acesso em 12 de maio de 2019]. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde\\_arquivos/6/TDE-2010-03-24T061911Z-1590/Publico/Claudia%20Gomes.pdf](http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/6/TDE-2010-03-24T061911Z-1590/Publico/Claudia%20Gomes.pdf)>. Acesso em: 25 de abril de 2026.

HOLANDA, Gerda de Souza; PEREIRA, Marcelino Arménio Martins; FERREIRA, Sônia Cristina Mairós. Inclusão escolar de alunos com deficiência na educação de jovens e adultos: um desafio para a gestão da escola pública. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. 1-23, 2021.

KRANZ, Cláudia Rosana; GOMES, Leonardo Cinésio. **A Educação Especial/ Inclusiva na Licenciatura em Matemática**. REMATEC/Anno 10/n. 19. p. 115-128, 2015.

LUIZ, Wesley Oliveira; TEIXEIRA, Ricardo Antônio Gonçalves; OLIVEIRA-SILVA, Iransé. Educação inclusiva: olhares sobre estudantes da Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos. **Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 10, n. 1, p. 180-204, 2021.

MACHADO, Maria Margarida. **Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança**. Retratos da Escola, v. 2, n. 2/3, 2008.

MASSON, Nathalia. **Manual de direito constitucional**. 4. ed. rev. amp. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2016.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O Direito à Educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de Justiça. **Revista brasileira de educação**, v. 11, p. 61-74, 1999.

POSSA, Leandra Boer; NAUJORKS, Maria Inês; RIOS, Grasiela Maria Silva. Matizes do discurso sobre avaliação na formação de professores da educação especial. **Revista Educação Especial**, v. 25, n. 44, p. 465-482, 2012.

TRENTIN, Valéria Becher. **Práticas pedagógicas inclusivas e o ensino de conceitos matemáticos na educação de jovens e adultos (EJA)**. Perspectiva, v. 39, n. 2, p. 1-18, 2021.

SANTOS, Antonio Nacílio Sousa *et al.* **A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil—desafios e perspectivas no currículo e nas metodologias à luz da LDB**. ARACÊ, v. 7, n. 4, p. 19559-19588, 2025.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SEBASTIÁN HEREDERO, Eladio. **A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares**. Acta Scientiarum. Education, p. 193-208, 2010.

SILVA, Maria do Carmo Lobato da; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. Formação de professores para inclusão escolar na modalidade de Educação de Jovens e Adultos: análise de pesquisas. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. 3, p. 1154-1167, 2018.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em 05 de maio de 2026.

VENTURA, Jaqueline. A EJA e os desafios da formação docente nas licenciaturas. **Revista da FAEEBA: educação e contemporaneidade**, v. 21, n. 37, p. 71-82, 2012.

VENTURA, Jaqueline. Formação inicial de professores para a EJA. **Revista Lugares de Educação**, 2013, p. 46.